

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

MCA 37-5

**PLANO DE AVALIAÇÃO DA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA**

VOLUME I

2020

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

MCA 37-5

**PLANO DE AVALIAÇÃO DA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA**

VOLUME I

2020

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE ENSINO – DPE

PLANO DE AVALIAÇÃO DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA (AFA)

O MCA 37-5, aprovado pela Portaria DIRENS Nº 145/DPL, DE 26 DE ABRIL DE 2019, é assim modificado:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 27	2019	Pág 27	2020
Pág 29	2019	Pág 29	2020
Pág 30	2019	Pág 30	2020

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
Pág 27	3.2.2.1.4	
Pág 29	3.2.5.2	
Pág 30	3.2.5.2	

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria DIRENS nº 139/DPE, de 29 de Junho de 2020.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 139/DPE, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Aprova a 1ª modificação do “Plano de Avaliação da Academia da Força Aérea - Volume I”, MCA 37-5.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso III e art. 9º, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª modificação do MCA 37-5 “Plano de Avaliação da Academia da Força Aérea - Volume I”.

Art. 2º Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD
Diretor de Ensino da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº115, de 2 de julho de 2020)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 145/DPL, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Aprova a reedição do “Plano de Avaliação da Academia da Força Aérea - Volume I”, MCA 37-5.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso III e art. 9º, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do MCA 37-5 “Plano de Avaliação da Academia da Força Aérea - Volume I”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de janeiro de 2019.

Maj Brig Ar RUI CHAGAS MESQUITA
Diretor de Ensino da Aeronáutica

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
1.1 FINALIDADE.....	9
1.2 ÂMBITO	9
2 CONCEITUAÇÕES E ABREVIATURAS.....	10
2.1 CONCEITUAÇÕES.....	10
2.2 ABREVIATURAS	15
3 AVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE.....	17
3.1 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO COGNITIVO.....	17
3.2 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – (INSTRUÇÃO MILITAR E TREINAMENTO FÍSICO).....	23
3.3 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – INSTRUÇÃO AÉREA.....	29
3.4 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – INSTRUÇÃO PRÁTICA DO CFOINF E DO CFOINT	37
3.5 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO.....	40
3.6 MÉDIA FINAL	42
3.7 QUADRO GLOBAL DE AVALIAÇÃO.....	43
4 AVALIAÇÃO DA INSTRUÇÃO	44
4.1 PROCEDIMENTOS.....	44
4.2 INSTRUMENTOS	44
4.3 AVALIADORES.....	44
4.4 PROCESSAMENTO.....	44
5 AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	45
5.1 PROCEDIMENTOS.....	45
5.2 INSTRUMENTOS	45
5.3 AVALIADORES.....	45
5.4 PROCESSAMENTO.....	45
6 AVALIAÇÃO DOS MEIOS DE AVALIAÇÃO	46
6.1 PROCEDIMENTOS.....	46
6.2 INSTRUMENTOS	46
6.3 AVALIADORES.....	46
6.4 PROCESSAMENTO.....	46
7 AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO	48
7.1 PROCEDIMENTOS.....	48
7.2 INSTRUMENTOS	48
7.3 AVALIADORES.....	48
7.4 PROCESSAMENTO.....	48
8 DISPOSIÇÕES GERAIS.....	49
8.1 INSTRUÇÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO	49
8.2 CADETES REMATRICULADOS	49
8.3 ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO	49
9 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	52

PREFÁCIO

Esta publicação estabelece a Sistemática de Avaliação a ser aplicada aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) e Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF), ministrados na Academia da Força Aérea (AFA).

Descreve os procedimentos adotados para a Avaliação do Corpo Discente, do Corpo Docente, dos Meios de Avaliação, do Currículo e da Instrução, fornecendo ainda orientação para a utilização deste Plano.

Contém os instrumentos de medida utilizados na Avaliação dos cinco campos acima descritos, exceto aqueles referentes à Avaliação do Domínio Afetivo, no campo da Avaliação do Corpo Discente.

Destina-se aos docentes, aos discentes e ao uso administrativo da Academia da Força Aérea e da Diretoria de Ensino.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Este Manual tem a finalidade de estabelecer o Plano de Avaliação dos Cursos ministrados na Academia da Força Aérea (AFA).

1.2 ÂMBITO

Este Manual aplica-se à Academia da Força Aérea (AFA), dentro das atividades ligadas ao Curso de Formação de Oficiais, na seguinte forma:

- a) aplicar, integralmente, a todos matriculados na AFA a partir do ano de 2017;
- b) aplicar as regras deste Manual às turmas de cadetes que ingressaram em 2016, excetuando o cálculo da Média Final Anual e Média Final de Curso, que deverá manter o estabelecido no MCA 37-5, de 2018.

2 CONCEITUAÇÕES E ABREVIATURAS

2.1 CONCEITUAÇÕES

2.1.1 APRONTO

Atividade didática na qual são detalhados os procedimentos e as técnicas padronizadas para a execução dos exercícios de cada fase da instrução aérea.

2.1.2 ATIVIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR (ACC)

Atividade que possibilita o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos do aluno, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

2.1.3 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Visa averiguar, nos cadetes, a presença ou ausência de conhecimentos prévios, que funcionem como pré-requisitos ou comportamentos de entrada. Ocorre antes de uma nova aprendizagem. Não deve ser utilizada para atribuição de graus, certificados ou seleção dos cadetes.

2.1.4 AVALIAÇÃO FORMATIVA

Visa fornecer informações, durante o desenrolar do processo ensino-aprendizagem, sobre o grau de domínio, pelos cadetes sobre dos conteúdos ministrados, tendo em vista efetuar modificações na aprendizagem e, se necessário, sanar as deficiências existentes. Não deve ser utilizada para atribuição de graus, certificados ou classificação dos cadetes, nem para aprovação ou reprovação do cadete no CFO.

2.1.5 AVALIAÇÃO SOMATIVA

Tipo de avaliação que ocorre ao final da instrução com a finalidade de verificar o que o aluno efetivamente aprendeu. Inclui conteúdos mais relevantes e os objetivos mais amplos do período de instrução. Visa à atribuição de graus, sendo assim, é adotada para classificar os cadetes segundo seus níveis de aproveitamento, concluindo-se sobre sua aprovação ou não. Os resultados obtidos pelos cadetes nessas avaliações devem ser computados para a obtenção de sua média final.

2.1.6 BACHAREL

É um título concedido a quem concluiu um curso de bacharelado. Concludente de um curso superior com competências em um determinado campo do saber para o exercício da atividade profissional.

2.1.7 BACHARELADO

É uma formação de nível superior que confere grau de bacharel.

2.1.8 BAREMA

Documento entregue à Seção de Avaliação pelo docente, anexo à proposta de Verificação de Aprendizagem, no qual se faz o seu delineamento, especificando itens como a quantidade, o grau de dificuldade e o tipo de cada questão, entre outros.

2.1.9 BRIEFING

Ato ou efeito de prestar informações resumidas, caracterizado pela explanação oral, relativa a um assunto específico, a quem vai executar determinada atividade ou missão.

2.1.10 BRIEFING DE MISSÃO AÉREA

Explanação oral do instrutor de voo e do aluno, quando aplicável, em que se revisam os procedimentos normais e de emergência e se define a sequência dos exercícios que serão praticados na missão aérea a ser realizada.

No contexto de instrução aérea, é momento em que um instrutor de voo avalia o conhecimento teórico do aluno para a missão aérea que será realizada em sequência.

2.1.11 CASO FORTUITO

Fato ou evento de difícil previsão que não pode ser evitado, e que provoca consequências ou efeitos para outrem, porém não gera responsabilidade, nem direito de indenização.

2.1.12 CHEFE DE TURMA

Cadete responsável pelo controle do efetivo de sua turma e por informar ao docente as faltas à instrução programada. Na ausência do cadete escalado para Chefe de Turma no período, o cadete mais antigo presente assume as atribuições de Chefe de Turma.

2.1.13 CHEQUE DE OLHOS VENDADOS

Avaliação do domínio psicomotor, na qual se verifica o conhecimento da localização dos instrumentos, comandos, interruptores e demais acessórios no posto de pilotagem da aeronave, por meio da imediata e precisa indicação manual do avaliado, estando o cadete com os olhos vendados.

2.1.14 CONCEITO FINAL

Expressão em grau da Avaliação do Domínio Afetivo (ADA), obtido pelo cadete ao longo do curso, segundo critérios previamente definidos e passíveis de observação, relativos a sua conduta.

2.1.15 CONCEITO EM SALA DE AULA (CSA)

Componente da ADA trata-se de uma avaliação da conduta do cadete nos locais de aula/instrução. Efetuada a partir de observações sistemáticas pelos integrantes do Corpo Docente e do Corpo de Instrutores da AFA.

2.1.16 DEBRIEFING

Caracterizado pela explanação oral, é ato de prestar informações resumidas de atividade ou missão realizada. Durante o debriefing são comentados os erros e acertos vivenciados, além de recomendações para se prevenir erros futuros ou proporcionar melhorias.

2.1.17 DEBRIEFING DE MISSÃO AÉREA

Atividade didática de missão aérea, caracterizada pela explanação oral do

instrutor de voo, sobre exercícios ensinados na missão realizada, onde são comentados os erros e acertos e emitidas orientações para melhoria de desempenho futuro.

2.1.18 ESTÁGIO

Atividade prática, realizada com o intuito de complementar o ensino ou a instrução. Visa preparar o cadete para o exercício de determinada função na estrutura do Comando da Aeronáutica. O termo Estágio, também, é utilizado para designar cursos com peculiaridades próprias.

2.1.19 ESTÁGIO DE VOO

Conjunto de fases da instrução de voo, estabelecido no Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO), referente a um mesmo tipo de aeronave.

2.1.20 EXAME

Verificação de aprendizagem aplicada ao cadete cuja média final não atingiu o ponto de corte previsto no PAVL. O Exame deverá avaliar a aprendizagem do cadete na totalidade do conteúdo desenvolvido em uma disciplina, tendo um ponto de corte diferenciado.

2.1.21 EXERCÍCIO (aplicado à Instrução Aérea)

Conjunto de procedimentos e manobras de pilotagem que, executados de uma maneira gradual e em uma ordem lógica, conduzem o cadete a adquirir as habilidades, reflexos e comportamentos desejados na pilotagem de aeronaves de um modo geral.

2.1.22 FASE

Unidade didática da instrução de voo, composta de um número definido de missões previstas no Programa de Instrução e Manutenção Operacional.

2.1.23 GRAU DO EXERCÍCIO (aplicado à Instrução Aérea)

Grau que exprime, subjetivamente, o desempenho do cadete em um determinado exercício, de uma missão de voo.

2.1.24 GRAU DA MISSÃO

Grau que exprime, subjetivamente, o desempenho global do cadete em uma missão de voo.

2.1.25 INDISCIPLINA DE VOO

Toda ação deliberada que contraria as normas da atividade aérea e da instrução de voo.

2.1.26 INSTRUÇÃO AÉREA

Conjunto de todas as atividades didáticas e operacionais, relativas ao voo, destinadas à formação de pilotos militares na AFA.

2.1.27 INSTRUÇÃO DE VOO

Parte da instrução aérea composta por fases em que o objetivo é adestrar o cadete para adquirir habilidades, reflexos e comportamentos desejados na pilotagem.

2.1.28 INSTRUÇÃO DUPLO-COMANDO

Atividade didática da instrução de voo na qual o instrutor participa da missão, transmitindo, em voo, os conhecimentos teóricos e práticos da missão.

2.1.29 INSTRUTOR DE VOO

Oficial Aviador que cumpriu com aproveitamento o Curso de Formação de Instrutor previsto no PIMO e foi homologado apto a ministrar instrução de voo pelo Conselho Operacional da Divisão de Operações Aéreas.

2.1.30 MISSÃO

Tarefa, dever ou ação que deve ser executada por um indivíduo, fração de tropa, tripulação de aeronave ou unidade, para alcançar um determinado fim.

2.1.31 MISSÃO AÉREA

Voo avaliado, previsto no Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO), que é realizado com a finalidade de desenvolver proficiência em pilotos em fase de formação, conforme os níveis de aprendizagem estabelecidos naquele Programa.

2.1.32 MISSÃO DE REFORÇO

Missão Aérea aplicada ao instruendo estrangeiro, no qual são repetidos os exercícios da missão aérea anterior, para a qual foi atribuído grau deficiente (grau 2), com ênfase naqueles exercícios em que apresentou mais dificuldade.

2.1.33 MISSÃO DE CHEQUE

Missão Aérea na qual o instrutor verifica o grau de proficiência do instruendo na condução de uma aeronave, com base no desempenho na execução dos exercícios anteriormente ensinados, com vistas a habilitá-lo a realizar o voo solo.

2.1.34 MISSÃO DE REPETIÇÃO

Missão Aérea na qual são repetidos os exercícios da missão anterior à qual foi atribuído grau deficiente (grau 2), com ênfase naqueles em que o cadete apresentou mais dificuldade.

2.1.35 MISSÃO EXTRA

Missão aérea em que não se atribui grau. Concedida por critérios estabelecidos neste plano ou por decisão do Comandante da AFA, a fim de possibilitar ao instruendo a sua readaptação à aeronave.

2.1.36 PROGRAMA DE INSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO OPERACIONAL (PIMO)

Documento que normatiza e quantifica toda a Instrução Aérea, cuja elaboração é de responsabilidade do Chefe da Divisão de Operações Aéreas (DOA).

2.1.37 PROVA FINAL

Verificação de aprendizagem aplicada ao final da disciplina que tem por finalidade avaliar a aprendizagem do cadete na totalidade do conteúdo desenvolvido em uma disciplina.

2.1.38 PROVA PARCIAL

Verificação de aprendizagem aplicada no decorrer do período letivo, que tem por finalidade avaliar a aprendizagem do cadete sobre uma parte do conteúdo previsto no currículo.

2.1.39 REFORÇO DE APRENDIZAGEM

Atividade complementar do processo ensino-aprendizagem, facultada ao cadete que apresentar baixo rendimento em sua aprendizagem.

2.1.40 REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO

Documento pelo qual o instruendo requer ao Comandante da AFA a reconsideração de sua reprovação no curso ou estágio, por não ter atingido os parâmetros de avaliação previstos no PAVL.

2.1.41 SEGUNDA ÉPOCA

É uma verificação de aprendizagem aplicada ao cadete, em caráter excepcional, cujo objetivo é avaliar a sua aprendizagem na totalidade do conteúdo de uma disciplina, quando a média final após a VA de Exame tiver sido aquém do mínimo para aprovação, tendo um ponto de corte diferenciado.

2.1.42 TEMPO DE TRABALHO ESCOLAR (TTE)

Corresponde a um tempo de aula.

2.1.43 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

É uma avaliação de caráter formativo e somativo para verificar o estado de aptidão física do indivíduo em um determinado momento. Esse teste será aplicado duas vezes ao ano, sendo denominado TACF-1 e TACF-2.

2.1.44 VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Instrumento de medida da aprendizagem aplicado ao cadete.

2.1.45 VOO SOLO

Missão aérea realizada pelo instruendo sem a presença de um instrutor.

2.2 ABREVIATURAS

ADA	Avaliação do Domínio Afetivo
ADC	Avaliação do Domínio Cognitivo
ADP	Avaliação do Domínio Psicomotor
CG	Campo Geral
CMI	Campo Militar
CTE	Campo Técnico-Especializado
CAIC-B	Curso de Adaptação ao Idioma e Cultura Brasileira
CATCF	Curso de Aplicador do Teste de Condicionamento Físico
CCAER	Corpo de Cadetes da Aeronáutica
CF	Conceito Final
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFOAV	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOINF	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria
CFOINT	Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CM	Conceito Militar
CSA	Conceito de Sala de Aula
DE	Divisão de Ensino
DOA	Divisão de Operações Aéreas
EIA	Esquadrão de Instrução Aérea
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
Exc.	Exercício
FATD	Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar
GAO	Grau da Apresentação Oral
GE	Grau do Exame
GE2	Grau da 2ª Época
GF	Grau da Prova Final
GP	Grau de Prova Parcial
GPE	Grau da Produção Escrita
JES	Junta Especial de Saúde
MFC	Média Final de Curso
MFD	Média Final da Disciplina
MFTCC	Média Final do Trabalho de Conclusão de Curso
MFA	Média Final do Ano
MFCMI	Média Final das disciplinas do Campo Militar
MFCG	Média Final das disc. do Campo Geral

MFCTE	Média Final das disc. do Campo Técnico-Especializado
MFD	Média Final da Disciplina
MFDE	Média Final da Disciplina pós Exame
MFDE2	Média Final da Disciplina pós 2ª Época
NOREG	Normas Reguladoras para os Cursos da Academia da Força Aérea
PIMO	Programa de Instrução e Manutenção Operacional
PRP	Pesquisa de Resultado de Prova
PTE	Plano de Trabalho Escolar
PUD	Plano de Unidades Didáticas
RRR	Requerimento de Reconsideração de Reprovação
SAV	Seção de Avaliação
SDEX	Subdivisão de Execução
SEF	Seção de Educação Física
SIAB	Seção de Instrução de Aviação
SIIF	Seção de Instrução de Infantaria
SIIT	Seção de Instrução de Intendência
SIM	Seção de Instrução Militar
SDIC	Subdivisão de Instrução Científica
SDTE	Subdivisão de Instrução Técnico-Especializada
SDPC	Subdivisão de Planejamento e Coordenação Pedagógica
SPE	Seção de Planejamento de Ensino
SPsic	Seção de Psicopedagogia
SSADE	Subseção de Análise de Desempenho do Ensino
TACF	Teste de Avaliação do Condicionamento Físico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TTE	Tempo de Trabalho Escolar
VA	Verificação de Aprendizagem

3 AVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE

3.1 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO COGNITIVO

3.1.1 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

3.1.1.1 Modalidades de Avaliação

A avaliação das disciplinas do Campo Geral, Técnico-Especializado e Militar terá finalidade Diagnóstica, Formativa e Somativa.

3.1.1.2 Instrumentos de Medida

O corpo discente será avaliado continuamente durante cada disciplina. Assim, de acordo com o perfil da disciplina, serão priorizados determinados instrumentos de avaliação, denominados Verificações de Aprendizagem (VA), os quais poderão ser de diversos tipos, tais como: apresentação oral, discussão/debate, seminário, produção e compreensão textual, provas parciais, provas finais, relatórios de estágio, projetos, entre outros.

Para a elaboração das VA deverão ser considerados os objetivos da disciplina, a carga horária e o conteúdo trabalhado em sala de aula.

Para o planejamento e execução das VA, a DE deverá levar em consideração os seguintes critérios:

- a) mínimo de 3 (três) avaliações, sendo 2 (duas) Provas Parciais e 1 (uma) Prova Final, para as disciplinas com carga horária igual ou superior a 15 (quinze) e inferior a 30 (trinta) TTE de 1h 20min;
- b) mínimo de 4 (quatro) avaliações, sendo 3 (três) Provas Parciais e 1 (uma) Prova Final, para as disciplinas com carga horária igual ou superior a 30 (trinta) TTE de 1h 20min;
- c) o grau da Prova Final corresponderá a 55% da média para aprovação da disciplina;
- d) a Prova Final será uma VA aberta ou mista com, pelo menos, 70% dos itens de avaliação do tipo resposta livre;
- e) poderá constar em uma Prova Parcial o conteúdo ministrado no mesmo tempo de aula em que é aplicada;
- f) nas Provas Finais, poderá ser exigido todo conteúdo ministrado em sala de aula (material didático, slides e orientações verbais) até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a aplicação da VA; e
- g) as Provas Parciais serão aplicadas diretamente pelo docente e as Provas Finais, Exames e Segundas Épocas serão programadas pela DE.

3.1.1.3 Tipos de itens.

Na elaboração das VA serão utilizados os seguintes tipos de itens:

- a) objetivos – tipo múltipla escolha com quatro alternativas; e
- b) de resposta livre – dos tipos resposta curta ou dissertativa.

3.1.1.4 Tipos de VA

De acordo com o tipo de item que a compõe, as Verificações de Aprendizagem na AFA poderão ser dos seguintes tipos:

- a) VA objetiva: composta unicamente por itens de seleção;
- b) VA de resposta livre: composta unicamente por itens de redação;
- c) VA mista: composta por itens de seleção e por itens de redação;
- d) Redação ou outros tipos de produção textual (projetos de pesquisa, relatórios, etc.); e
- e) Atividades práticas (estágios, atividade complementação curricular, expressão oral, seminário, debate, etc).

No início do ano letivo, a DE deverá apresentar ao corpo discente o planejamento de aplicação das VA.

3.1.2 LEVANTAMENTO DE RESULTADOS

3.1.2.1 Ponto de Corte

Para todas as disciplinas, a média para aprovação direta deverá ser igual ou superior a 7,00 (sete vírgula zero zero); caso o cadete não atinja esse parâmetro, será submetido a Exame.

Para aprovação após Exame, a Média Final de Disciplina (MFD) deverá ser igual ou superior a 5,00 (cinco vírgula zero zero) nas disciplinas do Campo Geral, do Campo Técnico-Especializado e nas disciplinas teóricas do Campo Militar. Adicionalmente, o grau mínimo no Exame deverá ser igual ou superior a 5,00 (cinco vírgula zero zero); caso o cadete não atinja esses parâmetros, será submetido à Segunda Época.

A MFD após Segunda Época deverá ser igual ou superior a 5,00 (cinco vírgula zero zero), nas disciplinas do Campo Geral, do Campo Técnico-Especializado e nas disciplinas teóricas do Campo Militar. Adicionalmente, o grau mínimo na Segunda Época deverá ser igual ou superior a 5,00 (cinco vírgula zero zero); caso o cadete não atinja esses parâmetros, será reprovado no curso.

O grau mínimo na Segunda Época deverá ser igual ou superior a 7,00 (sete vírgula zero zero); caso o cadete não atinja esse parâmetro, será reprovado no curso, mesmo que tenha atingido a MFD após Segunda Época (MFDE2) maior ou igual 5,00 (cinco vírgula zero zero)

Para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) serão obedecidos os seguintes critérios:

- a) não haverá Exame e nem Segunda Época nessa disciplina;
- b) o cadete que não obtiver o grau 7,00 (sete vírgula zero zero) no Trabalho Escrito do TCC terá um novo prazo para reapresentar seu Trabalho Escrito com as correções propostas pela Banca Examinadora. Se após a reavaliação do trabalho pelos três membros da Banca não atingir o ponto de corte, o cadete será reprovado; e
- c) todos os prazos para a entrega do Trabalho Escrito do TCC e correções, quando for o caso, serão determinados pela Divisão de Ensino. Caso o cadete

deixe de cumprir os prazos para entrega dos trabalhos relativos à disciplina ser-lhe-á atribuído grau 0,00 (zero vírgula zero zero). Nesse caso, o cadete deverá adotar junto ao comando de seu Esquadrão os procedimentos previstos para solicitação de Segunda Chamada. Caso a falta não seja justificada, o cadete será reprovado na disciplina.

O cadete também será reprovado no curso quando exceder o limite de 03 (três) Segundas Épocas em disciplinas distintas, no mesmo ano letivo.

3.1.2.2 Escala, Aproximação e Arredondamento

O resultado obtido pelo cadete em qualquer Verificação de Aprendizagem será expresso utilizando-se o sistema de graus absolutos e aplicado numa escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), com aproximação até a casa centesimal.

Sempre que necessário, os graus serão arredondados com os seguintes critérios:

- a) quando o algarismo da casa milésimal for igual ou maior que 5 (cinco), somar-se-á 1 (uma) unidade na casa centesimal, desprezando-se as casas subsequentes; e
- b) quando o algarismo da casa milésimal for menor que 5 (cinco), conservar-se-á a casa centesimal, desprezando-se as subsequentes.

O resultado (pontuação ou nota) obtido pelo cadete denominar-se-á grau.

3.1.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1.3.1 Atribuição de Pesos e Cômputo dos Graus

A Média Parcial de Disciplina (MPD) será a média aritmética de todos os GP do ano letivo da respectiva disciplina:

$$MPD = \frac{GP1 + GP2 + \dots + GPn}{n}$$

A Média Final de Disciplina (MFD) para aprovação será a média ponderada entre a MPD e o Grau da Prova Final (GF), onde o GF corresponderá a 55% da MFD, conforme abaixo:

$$MFD = \frac{MPD \times 4,5 + GF \times 5,5}{10}$$

Para o cadete que for submetido a Exame, a Média Final de Disciplina pós Exame (MFDE) será a média aritmética entre a MFD e o Grau de Exame (GE).

Para o cadete que for submetido a Segunda Época, a média Final de Disciplina pós Segunda Época (MFDE2) será a média aritmética entre a MFDE e o Grau da Segunda Época (GE2).

- a) Para a disciplina TCC:

A média ponderada entre os graus da Apresentação Oral (GAO) e da Produção Escrita (GPE) será denominada Média Final do TCC observados os seguintes pesos:

$$\underline{MFTCC = \frac{(GAO \times 2) + (GPE \times 8)}{10}}$$

3.1.3.2 Aprovação e Classificação

Será considerado aprovado o cadete que obtiver as Médias Finais de Disciplinas (MFD) iguais ou acima do estabelecido no item 3.1.2.1.

Para efeito de classificação será considerada apenas a MFD, ou seja, os graus obtidos em Verificação de Aprendizagem, excetuando-se os Exames e 2ª Épocas.

O desempenho nas disciplinas de línguas estrangeiras não será computado para fins de classificação, mas será considerado para efeito de aprovação no CFO.

3.1.3.3 Controle de Frequência

O docente/instrutor é a autoridade responsável pela retirada de faltas aos TTE.

As faltas serão informadas pelos Chefes de Turma e, após aprovadas pelo docente/instrutor, seguirão para o CCAER para apuração dos motivos e para DE para fins de registro e controle.

Toda e qualquer falta à atividade escolar programada implicará no cômputo de 1 (uma) falta por TTE, mesmo quando o cadete estiver devidamente autorizado por autoridade competente.

Independentemente do motivo, o limite de faltas às atividades didáticas será de 25% dos TTE planejados para o ano letivo. Atingido esse limite, o cadete será reprovado no curso.

A DE e o CCAER deverão realizar eficaz monitoramento das faltas.

3.1.4 REGISTRO E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

3.1.4.1 Registro de Graus

Os graus obtidos em todas as Verificações de Aprendizagem serão registrados por meio de listagens e arquivados na Seção de Avaliação.

3.1.4.2 Comunicação dos Resultados

A comunicação dos resultados das avaliações do domínio cognitivo aos discentes será realizada por meio da Vista de Prova. Após a correção das VA e da apreciação dos pedidos de revisão (gabarito e correção), os graus serão disponibilizados para todo o corpo discente.

No caso de MFD, a comunicação dos resultados ao corpo discente deverá ocorrer com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data programada para a realização do Exame.

Em caso de reprovação no CFO, o cadete será notificado por seu respectivo Esquadrão do CCAer.

O cadete reprovado, após a devida notificação, poderá requerer ao Comandante da AFA a reconsideração de sua reprovação, caso tenha interesse.

O Requerimento de Reconsideração de Reprovação deverá ser feito mediante o preenchimento de ficha constante deste PAVL com as devidas razões e justificativas que fundamentam seu pedido, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da devolução da Notificação da Reprovação no Comando de seu Esquadrão.

3.1.5 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES

3.1.5.1 Vista de Prova

Atividade conduzida em sala de aula pelo docente/instrutor responsável pela disciplina ou por substituto designado, em que o cadete tomará ciência do gabarito e da correção feita pelo docente/instrutor de sua VA.

3.1.5.2 Pedido de Revisão de Gabarito ou de Correção

Após a Vista de Prova, caso haja alguma dúvida, o cadete poderá encaminhar ao docente/instrutor um pedido de revisão de gabarito ou de correção, por meio de formulário constante deste Plano em até 24 (vinte e quatro) horas.

O docente/instrutor terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o seu parecer.

É importante ressaltar que somente serão analisados os pedidos de revisão de correção, cujas repostas foram preenchidas no caderno de questões à caneta.

3.1.5.3 Pedido de Revisão de Grau

Caso haja alguma dúvida quanto ao grau divulgado, o cadete poderá encaminhar à SAV um pedido de revisão de grau, por meio da Ficha de Pedido de Revisão, anexa a este Plano, em até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação dos graus. Por sua vez, a SAV terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para divulgar o parecer sobre o pedido.

A solução dada aos pedidos de revisão de gabarito, correção e grau é considerada definitiva, não cabendo nenhum recurso posterior.

Para o cômputo de acerto de item de seleção de VA Objetiva ou Mista, somente será considerado o cartão-resposta corretamente preenchido.

3.1.5.4 Segunda Chamada

As atividades de avaliação preterem todas as demais, inclusive as de serviço. O cadete só poderá realizar a VA se estiver presente em sala de aula até o horário de início previsto. Em caso de falta ou atraso a qualquer avaliação, o cadete receberá grau 0,00 (zero vírgula zero zero).

O setor responsável pela aplicação da avaliação deverá, imediatamente, notificar a falta ao Comando do Esquadrão, para apuração.

O CCAer deverá responder, em até 2 (dois) dias úteis da data de notificação, os motivos das faltas à VA e, caso justificáveis, solicitar o agendamento da Segunda Chamada.

Tão logo a solicitação de Segunda Chamada seja aprovada pelo Chefe da DE, a SAV agendará a VA e informará o cadete com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data programada para a sua realização.

As avaliações de Segunda Chamada deverão ser realizadas na sequência em que foram feitas as Provas Parciais previstas para cada disciplina, evitando a realização da segunda Prova Parcial antes da Segunda Chamada da primeira Prova Parcial, da mesma disciplina. Este procedimento será adotado assim que cessar o motivo que gerou a falta do cadete à realização das provas parciais, e que tal motivo constitua justificativa para tal falta.

3.1.5.5 Agendamento de Exame e de Segunda Época

O cadete que não obtiver a Média Final da Disciplina (MFD) necessária para a aprovação, fará jus à realização de VA de Exame e de Segunda Época, conforme previsto neste PAVL.

Essas modalidades de VA serão agendadas pela SAV e a data de realização será informada ao cadete por divulgação em quadro de avisos e por notificação pessoal, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

O cadete somente poderá entrar em gozo de férias, ou de dispensa, após ter realizado todas as VA de Exame, de Segunda Época e de Segunda Chamada previstas neste Plano.

3.1.5.6 Anulações

A SAV poderá determinar a anulação de itens de uma VA que apresentem falhas em sua elaboração. Nestes casos, o valor da questão deverá ser atribuído a todos os cadetes.

O Chefe da DE poderá determinar a anulação de qualquer VA que apresente irregularidades que justifiquem tal medida.

A disciplina do Currículo Mínimo que, por motivo de força maior, não tiver sido ministrada de acordo com o previsto no Plano de Unidades Didáticas, poderá deixar de ser avaliada, total ou parcialmente, a critério do Chefe da DE.

3.1.5.7 Acompanhamento do Rendimento Escolar

O cadete é o principal responsável por esse processo. Assim, toda vez que um cadete obtiver um desempenho abaixo do esperado em qualquer aspecto de sua rotina escolar, deverá buscar orientação superior para melhoria de seu rendimento escolar.

Os setores responsáveis pela condução da formação do cadete (CCAER, DE e DOA) deverão monitorar o desempenho escolar de seu corpo discente e prover meios de suporte aos cadetes para melhoria de desempenho.

Mediante o interesse do cadete e a disponibilidade da administração, atividades extracurriculares de reforço de aprendizagem poderão ser coordenadas pelo Corpo Docente e Corpo de Instrutores. Tal atividade não é impeditiva para a aplicação de atividade de avaliação previamente agendada.

3.1.5.8 Cadetes Estrangeiros

Aos cadetes estrangeiros serão exigidos os mesmos critérios estabelecidos aos cadetes brasileiros, excetuando-se pelos aspectos aqui discriminados.

Nem todas as disciplinas previstas para os cadetes brasileiros serão oferecidas para os cadetes estrangeiros, principalmente, as que contenham documentações e publicações de natureza sigilosa ou que envolvam assuntos que não devam ser de seu conhecimento. Estas disciplinas deverão constar de documento específico aprovado pela DIRENS.

Os cadete estrangeiros assistirão às aulas e realizarão as provas das disciplinas de Língua Portuguesa e àquelas relacionadas à sua Língua Pátria, porém não terão os graus das avaliações computados para aprovação.

Os cursos serão ministrados na Língua Portuguesa, devendo o cadete estrangeiro ter conhecimento suficiente deste idioma, tanto escrito como falado, conforme previsto na ICA 37-21 “Atividades de Ensino no COMAER para integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas”.

Ao cadete estrangeiro será facultado o limite máximo de 4 (quatro) Segunda Épocas, em disciplinas distintas, no mesmo ano letivo. Caso não atinja a média no Exame da 5ª (quinta) disciplina, será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

No caso de insuficiente desempenho na área de ensino, o cadete estrangeiro será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação. Caso o parecer seja desfavorável, deverá ser encaminhado um documento ao EMAER, via DIRENS, solicitando a homologação da decisão para que a AFA adote as providências cabíveis.

Ao cadete estrangeiro reprovado no curso que apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação será assegurado o direito de continuar na rotina, seguindo suas atividades de ensino até a definição de sua situação, conforme previsto na ICA 37-21 “Atividades de Ensino no COMAER para integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas”.

3.1.5.9 Recursos Ilícitos

Considera-se incompatível com o comportamento do futuro Oficial a condução, o uso ou a tentativa de uso de quaisquer recursos ilícitos ou itens previamente definidos como proibidos, bem como consentir com a utilização dos mesmos, durante a execução de avaliação de qualquer instrução, seja teórica, prática-orientada ou prática.

O cadete que utilizar-se de meios ilícitos receberá grau 0,00 (zero) na respectiva avaliação e será excluído do curso nos termos previstos na NOREG.

3.2 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – (INSTRUÇÃO MILITAR E TREINAMENTO FÍSICO)

3.2.1 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

3.2.1.1 Modalidade de Avaliação

A avaliação do domínio psicomotor será realizada com finalidade Diagnóstica, Formativa e Somativa.

3.2.1.2 Instrumentos de Medida

A avaliação das disciplinas Armamento, Munição e Tiro (AMT), Atividade de Campanha (ATC), Estágio de Adaptação Militar (EAM), Instrução de Salto de Emergência

(ISE), Instrução de Sobrevivência no Mar (ISM), Instrução de Sobrevivência na Selva (ISS) e Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) será feita por meio das Fichas de Avaliação elaboradas pelo CCAer, constantes nas Ordens de Instrução dos Exercícios ou nos respectivos manuais do COMAER (AMT e TACF).

3.2.1.3 Tipos de VA

As VA do domínio psicomotor são teóricas e práticas.

3.2.2 LEVANTAMENTO DOS RESULTADOS

3.2.2.1 Pontos de Corte

O cadete que não atingir os pontos de corte descritos nos itens abaixo, assim como aquele que durante o desenvolvimento da atividade atentar contra as normas de segurança previstas para sua realização, demonstrar insuficiência técnica ou conduta incompatível à condição de futuro Oficial da Aeronáutica, será afastado e reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

3.2.2.1.1 Atividade de Campanha (ATC) - O cadete será, aprovado na atividade quando:

- a) participar das duas Fases da disciplina (Teórica e Prática);
- b) atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos objetivos propostos para a disciplina, com base nas Fichas de Avaliação da Ordem de Instrução;
- c) atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos objetivos propostos em $\frac{3}{4}$ (três quartos) das oficinas que compõem a disciplina, independente do grau final obtido na disciplina;
- d) ter, no mínimo, 75% de frequência nos TTE alocados para a ATC;
- e) ter, no mínimo, 85% de frequência nos TTE alocados para a Fase Prática da disciplina.

3.2.2.1.2 Armamento Munição e Tiro (AMT) - Para fins de aprovação ou reprovação serão utilizados os seguintes critérios:

- a) para o Tiro Militar Básico (TMB), a quantidade mínima de acertos para aprovação deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento), em cada uma das avaliações práticas;
- b) para o Tiro Militar Avançado (TMA), a quantidade mínima de acertos para aprovação deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do Fator que expressa o desempenho ideal para a pista, conforme item 3.4.3 do MCA 50-1;
- c) caso o cadete não atinja os parâmetros estabelecidos para cada TMB ou TMA, será submetido a Exame, mantendo os mesmos critérios das alíneas “a” e “b”;
- d) caso o cadete não atinja os parâmetros estabelecidos no Exame para cada TMB ou TMA, será submetido a Segunda Época, mantendo os mesmos critérios das alíneas “a” e “b”; e
- e) caso o cadete não atinja os parâmetros estabelecidos na Segunda Época será reprovado no curso.

3.2.2.1.3 Estágio de Adaptação Militar (EAM)

Aplicado aos cadetes matriculados no 1ª Ano dos Cursos de Formação de Oficiais da AFA, os quais serão denominados de estagiários e permanecerão em regime de internato. Em todas as atividades da disciplina EAM o estagiário será observado e avaliado e deverá atingir os seguintes critérios para sua aprovação:

- a) ter, no mínimo 75% de frequência nos TTE do EAM;
- b) ter, no mínimo 75% de frequência nos TTE de Ordem Unida Desarmada, participando efetivamente das instruções e atingindo os objetivos específicos referentes a esta atividade;
- c) ter, no mínimo 75% de frequência em relação ao TTE de Treinamento Cardiopulmonar, Treinamento Neuromuscular, Treinamento Utilitário e Treinamento Complementar, participando efetivamente das sessões práticas de treinamento e atingindo os objetivos específicos, referentes a esta atividade;
- d) ter, no mínimo 75% de frequência em relação ao total de tempos das disciplinas teóricas, atingindo os objetivos específicos, referentes a esta atividade; e
- e) ter, no mínimo 75% de frequência nos tempos de Legislação Militar do EAM e atingindo os objetivos específicos, referentes a esta atividade.

3.2.2.1.4 Instrução de Salto de Emergência (ISE) - As menções, os graus e os conceitos serão emitidos pela Equipe de Instrução, durante as jornadas da Instrução de Salto de Emergência, com base nas Fichas de Avaliação da Ordem de Instrução. O cadete será aprovado quando: (NR) Portaria DIRENS nº 139/DPE, de 29 de junho de 2020.

- a) atingir o conceito “APTO”, com, no mínimo, menção “S” na disciplina “Procedimentos a Bordo e de Saída da Aeronave”;
- b) atingir o conceito “APTO”, com, no mínimo, menção “S” na disciplina “Técnicas de Aterragem no Balanço”;
- c) atingir, no mínimo, conceito “APTO”, com menção “B” em, pelo menos, um tipo de aterragem, ou seja, uma frente direita ou esquerda, uma lateral direita ou esquerda e uma costa direita ou esquerda. Nas demais aterragens o cadete deverá, no mínimo, obter a menção “S”;
- d) atingir o conceito “APTO”, com, no mínimo, menção “B” na disciplina “Procedimentos de Emergência”;
- e) não atingir a menção “T” em um dos procedimentos da disciplina;
- f) ter, no mínimo, 75% de frequência nos TTE da Fase Técnica; e
- g) participar da Fase Prática da disciplina, ou seja, realizar o salto de emergência.

3.2.2.1.5 Instrução de Sobrevivência no Mar (ISM) – o cadete será aprovado quando:

- a) participar de todas as Fases da disciplina;
- b) ter, no mínimo, 75% de frequência nos TTE alocados para as Fases Teórica e Prática Orientada da disciplina; e
- c) permanecer na Fase Prática da disciplina por, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária prevista.

3.2.2.1.6 Instrução de Sobrevivência na Selva (ISS) - O cadete será aprovado, quando:

- a) participar de todas as Fases da disciplina;
- b) ter, no mínimo, 75% de frequência nos TTE alocados para as Fases Teórica e Prática Orientada da disciplina;
- c) atingir 70% (setenta por cento) dos objetivos propostos para a disciplina, com base nas Fichas de Avaliação da Ordem de Instrução; e
- d) permanecer na Fase Prática da disciplina por, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária prevista.

3.2.2.1.7 Treinamento Físico Militar (TFM):

- a) O ponto de corte na disciplina Treinamento Físico Militar será dado pelo grau obtido pelo cadete no TACF-2. O ponto de corte de cada exercício que compõem esse TACF será 5,00 (cinco vírgula zero zero); caso o cadete não atinja esse parâmetro, será submetido a Exame;
- b) O Exame terá o mesmo ponto de corte do TACF-2. O cadete que não atingir o ponto de corte no Exame poderá realizar Segunda Época do TACF, na qual deverá atingir o mesmo ponto de corte para aprovação na disciplina; e
- c) O intervalo mínimo entre aplicação do TACF-2 e Exame do TACF é de 30 dias.
- d) O intervalo mínimo entre aplicação do Exame do TACF e da Segunda Época é de 20 dias

3.2.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**3.2.3.1 Cômputo dos Graus**

O desempenho nas disciplinas AMT, ATC, ISE, ISS e ISM não serão computados para fins de classificação, mas serão considerados para efeito de aprovação/reprovação no CFO.

A Avaliação da disciplina Treinamento Físico Militar é de responsabilidade da SEF e será avaliada mediante a aplicação do TACF.

O TACF compõe-se de 3 (três) exercícios, realizados em duas etapas. Ambas poderão ser realizadas num mesmo dia; entretanto, quando programadas em dias distintos, deve ser respeitado o prazo máximo de duas semanas. A primeira etapa, constituir-se de dois exercícios: flexão e extensão dos membros superiores e flexão do tronco sobre coxas; e, a segunda etapa: teste de corrida de 12 minutos. As etapas não poderão ter sua ordem alterada.

O desempenho no TACF (1ª e 2ª etapas) será avaliado por meio da aplicação das tabelas, constantes no anexo deste Plano.

Durante o ano letivo serão realizados 2 (dois) TACF. O primeiro, denominado TACF-1 será aplicado no 1º semestre e terá caráter formativo. No 2º semestre será aplicado o TACF-2, cujo grau obtido pelo cadete será computado para a Média Final da Disciplina “Treinamento Físico Militar”.

3.2.3.2 Aprovação

Será considerado aprovado o cadete que concluir as disciplinas referenciadas no item 3.2 sem incorrer nos casos previstos em 3.2.2.1.

3.2.4 REGISTRO E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

3.2.4.1 Registro de Graus

Os graus atribuídos serão registrados em fichas apropriadas para cada tipo de instrução.

Ao final de disciplina do domínio psicomotor, caberá ao setor responsável pela avaliação, enviar para a SAV a listagem com as médias finais (convertidas em escala decimal) e/ou a lista dos aprovados e reprovados.

No caso dos cadetes do 4º Esquadrão, com visas à formatura, as últimas listagens devem dar entrada à DE até o prazo de 30 (trinta) dias antes do término dos CFO.

3.2.4.2 Comunicação dos Resultados

A comunicação ao cadete sob seu desempenho nas disciplinas descritas em 3.2.1.2 ocorrerá logo após a execução da atividade avaliada.

Posteriormente, as listagens de aprovados e reprovados e os Relatórios de Graus são encaminhados à SAV para divulgação.

Todo cadete reprovado no curso receberá uma notificação de seu Esquadrão do CCAER e poderá apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

3.2.5 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES

3.2.5.1 Pedido de Revisão Grau

Para disciplinas que compõem o domínio psicomotor, não é previsto o pedido de revisão de gabarito, nem de correção do grau atribuído pelo instrutor em qualquer atividade avaliada.

Após a conversão dos graus em escala decimal e divulgação das MFD, caso haja alguma dúvida, o cadete poderá encaminhar à SAV um pedido de revisão do grau da MFD, por meio da Ficha de Pedido de Revisão constante deste PAVL, até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação dos graus.

A SAV, por sua vez, encaminhará o pedido de revisão de grau ao docente, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para devolvê-lo, com o seu parecer.

3.2.5.2 Segunda Chamada

As atividades da avaliação preterem todas as demais, inclusive as de serviço. O cadete só poderá realizar a VA se estiver presente no local da avaliação até o horário de início previsto.

O setor responsável pela aplicação de uma avaliação deverá notificar, imediatamente, a falta de algum cadete ao Comando do Esquadrão, para apuração.

Os seguintes procedimentos serão seguidos para solicitação de Segunda Chamada: (NR) Portaria DIRENS nº 139/DPE, de 29 de junho de 2020.

- a) o cadete deverá entregar a Ficha de Participação de Falta à Verificação de Aprendizagem em até 2 (dois) dias úteis após a avaliação perdida, caso contrário o cadete receberá grau 0,00 (zero virgula zero zero);
- b) ter a justificativa da falta aceita pelo Comando do Esquadrão e Chefe da DE;
- c) o setor responsável deverá informar o cadete com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data programada para a realização da avaliação;
- d) a Segunda Chamada do TACF poderá ser aplicado em até 20 dias após a entrega da ficha de participação de falta;
- e) a Segunda Chamada de AMT poderá ser aplicado em até o último dia da prova final previsto para o esquadrão no calendário escolar; e
- f) não será concedido outra oportunidade caso não seja possível realizar a Segunda Chamada por motivo justificável de saúde, proceder conforme descrito no item 3.2.5.3, Promoção em Condicionalmente.

3.2.5.3 Promoção em Condicionalidade

O cadete reprovado nas disciplinas que compõem o domínio psicomotor previstas no item 3.2 poderá apresentar Requerimento de Reconsideração de sua Reprovação (RRR) ao Cmt da AFA.

Caso o cadete reprovado tenha seu RRR deferido será promovido em condicionalidade, e terá uma única oportunidade, de realizar a disciplina no ano subsequente, devendo atingir todos os parâmetros estabelecidos no programa de instrução.

O cadete reprovado no TACF pode apresentar RRR. Caso o cadete tenha seu RRR deferido, será promovido em condicionalidade.

O TACF-1 realizado no ano posterior poderá ser utilizado para a suspensão dessa condição. Caso, depois de promovido em condicionalidade, não realize nenhum dos TACF previstos no ano seguinte, o cadete será reprovado, não cabendo a possibilidade de apresentar novo RRR.

O grau obtido no ano subsequente será computado apenas com a finalidade de aprovação na disciplina referente a sua promoção em condicionalidade e não será considerado para fins de classificação.

No caso do cadete do 4º ano reprovado no TACF, se seu RRR for deferido pelo comandante da AFA, poderá ser promovido com grau 0,00 (zero vírgula zero zero) na disciplina.

3.2.5.4 Cadetes Estrangeiros

Aos cadetes estrangeiros serão exigidos os mesmos critérios estabelecidos aos cadetes brasileiros, excetuando-se pelos aspectos aqui discriminados.

No caso de insuficiente desempenho, o cadete estrangeiro será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação. Caso o parecer seja desfavorável, deverá ser encaminhado um documento ao EMAER, via DIRENS, solicitando a homologação da decisão para, então, a AFA adotar as providências cabíveis.

Ao cadete estrangeiro reprovado no curso que apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação, será assegurado o direito de continuar na rotina, seguindo suas atividades de ensino até a definição final de seu destino, conforme previsto na ICA 37-21 “Atividades de Ensino no COMAER para integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas”.

3.2.5.5 Teste Avaliatório de Natação

Será realizado um Teste Avaliatório de Natação, na modalidade diagnóstica, que deverá seguir os seguintes modos de execução:

- a) será autorizada apenas uma tentativa de realização do teste;
- b) o estilo será livre sendo permitido mudar de estilo durante a prova;
- c) partida: será obrigatório um salto da borda da piscina;
- d) será proibido o uso de nadadeiras, palmares, boias, ou de qualquer outro equipamento que melhore seu desempenho, com exceção de óculos de natação e touca de natação; e o cadete que segurar nas raia, em outro indivíduo, nas bordas laterais da piscina, que apoiar-se nela ou que utilizar o fundo da piscina para impulsionar-se terá o teste invalidado.

Para o Teste Avaliatório de Natação serão considerados como satisfatórios os seguintes parâmetros, sem o caráter de reprovação:

- a) 1º Esquadrão - nadar o mínimo de 25 metros na piscina;
- b) 2º Esquadrão - mínimo de 5 minutos de sustentação em meio líquido e nadar 50 metros;
- c) 3º Esquadrão - mínimo 10 minutos de sustentação em meio líquido e nadar 75 metros; e
- d) 4º Esquadrão - mínimo 15 minutos de sustentação em meio líquido e nadar 100 metros.

Caso o cadete não possa realizar o teste, por motivo justificável, terá a oportunidade de realizar a 2ª chamada nos mesmos moldes do TACF. Entretanto, caso o cadete não realize o teste de natação, estará, automaticamente, inserido no Programa de Natação.

3.2.5.6 Teste de Habilidades Específicas (THE)

Antes da realização de exercícios militares como a Atividade de Campanha e as Instruções de Sobrevivência, será aplicado ao cadete, na modalidade diagnóstica, um Teste de Habilidades Específicas (THE), conforme tabelas constantes deste PAVL.

Para cada exercício militar será realizado um THE específico. Caso o cadete não possa realizar o teste, por motivo justificável, terá a oportunidade de realizar a 2ª chamada nos mesmos moldes do TACF. Entretanto, caso o cadete não realize o THE, estará, automaticamente, inserido no Programa de Treinamento de Habilidades Específicas.

3.3 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – INSTRUÇÃO AÉREA

3.3.1 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

3.3.1.1 Modalidade de Avaliação

A avaliação da instrução aérea será realizada com finalidade Formativa e Somativa.

3.3.1.2 Instrumentos de Medida

- a) Cheque de Olhos Vendados: o cadete será avaliado por meio de uma lista de verificações;
- b) Briefing: o cadete será avaliado, oralmente, sobre o seu conhecimento teórico para a realização da missão;
- c) Exercício: cada exercício terá seu grau atribuído de acordo com o nível de aprendizagem a atingir na missão, conforme o PIMO;
- d) Missão: será avaliada por apreciação global, com base na execução individual de cada exercício. A cada missão, o cadete receberá um grau;
- e) Avaliações Agendadas: são avaliações por escrito, de caráter somativo, que visam à verificação do conhecimento da aeronave e dos procedimentos operacionais padrão dos Esquadrões de Instrução Aérea (EIA); e
- f) Avaliações Inopinadas: são avaliações que visam à manutenção do preparo teórico relativas às partes técnicas das aeronaves e doutrinárias de voo. Possuem um caráter formativo doutrinário, disciplinar, não reprobatório e não classificatório.

3.3.1.3 Intervalos entre as Missões:

O cadete será considerado adaptado ao voo SOLO, em uma determinada aeronave, pelo período de 10 dias a contar da data do último voo realizado. Caso o cadete ultrapasse este intervalo, somente poderá ser escalado para novo voo SOLO após realizar uma nova missão de cheque.

Quando o intervalo entre missões for superior a 10 (dez) dias (exclusive) e inferior a 15 (quinze) dias (inclusive) e o cadete não obtiver rendimento, no mínimo, satisfatório (grau 4), a missão realizada deverá ser considerada como missão extra e, portanto, sem atribuição de Grau.

Quando o intervalo entre missões for superior a 15 (quinze) dias (exclusive) e inferior a 25 (vinte e cinco) dias (inclusive), será obrigatória a realização de uma missão extra, sem atribuição de grau. O perfil do voo extra será preferencialmente o da última missão realizada, porém ficará a cargo do Comandante do Esquadrão de Instrução Aérea defini-lo para os casos específicos. A missão subsequente será considerada válida, independentemente do grau obtido.

Para todos os intervalos listados na tabela, após a realização das missões extras, caso o cadete não obtenha rendimento, no mínimo, tenha um desempenho satisfatório (grau 4) na missão avaliada subsequente, essa também deverá ser considerada como missão extra, sem atribuição de Grau, por uma única vez em cada ciclo de intervalo. Tal missão pode ser considerada missão extra uma única vez em cada ciclo de intervalo.

Intervalo	Quantidade de Missões Extras
Superior a 25 (vinte e cinco) dias (exclusive) e inferior a 40 (quarenta) dias (inclusive) ⁽³⁾	₁ (1)(2)
Superior a 40 (quarenta) dias (exclusive) e inferior a 60 (sessenta) dias (inclusive) ⁽³⁾	₂ (1)(2)
Superior a 60 (sessenta) dias (exclusive) e inferior a 90 (noventa) dias (inclusive) ⁽³⁾	₃ (1)(2)
Superior a 90 (noventa) dias (exclusive) ⁽³⁾	Ficará a critério do Comandante da AFA decidir a quantidade de missões extras, não devendo ser inferior a 3 ⁽¹⁾⁽²⁾ missões.

(1) Ficará a critério do Comandante do Esquadrão de Instrução Aérea definir o perfil dessas missões extras.

(2) O número de missões extras não deverá ser superior ao número de missões válidas já cumpridas pelo cadete no atual Estágio.

(3) Caso o tempo de afastamento da atividade aérea comprometa o tempo hábil para a conclusão do estágio até a data prevista para o seu término, o cadete estará sujeito ao desligamento do curso no ano letivo em andamento, conforme previsto no item 3.2.3.3.1 deste Plano de Avaliação.

Para o cômputo do intervalo de adaptação, serão considerados válidos voos com duração mínima de 30 minutos.

Entre fases diferentes do estágio de voo, devido à diminuição dos níveis de aprendizagem cobrados, o aluno será considerado adaptado ao voo de instrução dentro do intervalo de até 15 dias (inclusive), a contar da data do último voo realizado.

Quando o intervalo entre missões de fases diferentes for superior a 15 dias (exclusive) e inferior a 25 dias (inclusive) e o cadete não obtiver, no mínimo, rendimento satisfatório (grau 4), a missão realizada deverá ser considerada como missão extra e, portanto, sem atribuição de grau.

Quando o intervalo entre missões de fases diferentes for superior a 25 dias (exclusive), será obrigatória a realização de missões extras, sem atribuição de grau, conforme a tabela de afastamento superior a 25 dias. Nesse caso, a missão subsequente (primeira missão da próxima fase) será considerada válida independentemente do grau obtido.

3.3.2 LEVANTAMENTO DE RESULTADOS

3.3.2.1 Ponto de Corte

Será reprovado no curso o cadete com aproveitamento inferior a 70% (setenta por cento) dos itens solicitados no cheque de olhos vendados fazendo jus a uma segunda e última avaliação

Será reprovado no curso o cadete que obtiver grau igual ou inferior a 2 (dois) em número de missões superior ao número de missões de repetição previstos para a fase, de acordo com o PIMO.

Será reprovado no curso o cadete que obtiver grau 1 (um) em qualquer missão.

Será reprovado no curso o cadete que obtiver grau igual ou inferior a 2 (dois) em 5 (cinco) missões, seja no Estágio Primário ou Básico.

Será reprovado no curso o cadete que for julgado por JES e homologado pelo CEMAL “Apto com restrição definitiva para a prática de atividade aérea”.

3.3.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3.3.3.1 Cômputo dos Graus

O Comandante de Esquadrilha (Cmt Esqda.) é a autoridade responsável por supervisionar os graus atribuídos pelos instrutores de voo. Caso seja observado que os comentários realizados na ficha de voo do cadete estão em desacordo com os graus atribuídos, o Cmt Esqda tem a competência para alterar os graus dos itens ou o grau final da missão, mediante conversa prévia com o instrutor.

Os graus dos exercícios e das missões serão assim definidos:

a) Grau 1 (Perigoso) – caracterizado por uma das seguintes situações:

- quando as normas da atividade aérea forem violadas sem qualquer razão; ou
- quando o instrutor intervier, manualmente, nos comandos de voo ou sistemas auxiliares para evitar acidentes perfeitamente previsíveis, levando-se em consideração o nível de aprendizagem do cadete.

Obs.: se o instrutor considerar que o Grau 1 foi caracterizado, deverá encerrar a missão, retornar imediatamente para pouso ou determinar o pouso, no caso de voo solo, e propor a atribuição do Grau 1. O Grau deverá ser proposto em ficha, e caberá ao Comandante do EIA a homologação do Grau Perigoso.

b) Grau 2 (Deficiente) – será atribuído quando o cadete apresentar erros, não atingindo o nível de aprendizagem previsto em um ou mais itens de avaliação, sendo considerado reprovado na missão, devendo repeti-la, de acordo com o PIMO, estando limitado às quantidades previstas em cada fase/Estágio (item 3.2.2.1).

Obs.: O Comandante da Esquadrilha proporá a atribuição do Grau 2 em uma missão solo, em decorrência de uma atitude deficiente do cadete naquela missão, cabendo ao Comandante do EIA a homologação do grau proposto.

c) Grau 3 (Satisfatório nos Mínimos) – quando o cadete apresentar erros, atingindo, com muito treinamento, o nível previsto, com rendimento mínimo

aceitável, demonstrando condições de obter o desempenho esperado na próxima missão.

Obs.: No caso de obtenção de grau 3 (três) na missão de cheque, quer seja em algum item da ficha, ou como grau final desse voo, este será obrigatoriamente reduzido para grau 2 (dois), pelo Comandante da Esquadrilha;

- d) Grau 4 (Satisfatório) – quando o cadete apresentar erros, atingindo, com o treinamento, o nível previsto no exercício;
- e) Grau 5 (Bom) – quando o cadete apresentar poucos e pequenos erros, atingindo, com pouco treinamento, o nível previsto; e
- f) Grau 6 (Excelente) – quando o cadete demonstrar excelente domínio da aeronave e atingir com facilidade ou superar o nível previsto para a missão.

Obs.: O instrutor proporá a atribuição do Grau 6, cabendo ao Comandante do EIA a homologação do grau proposto.

3.3.3.1.1 Validação de Graus

Para que a missão seja considerada válida e a ela seja atribuído um grau, é necessário que haja transcorrido, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do tempo previsto, exceto nos seguintes casos:

- a) ter realizado todos os exercícios previstos e tenha sido atribuído grau 5 na missão, necessitando de homologação do Comandante do EIA;
- b) em que seja atribuído grau 1 a algum item da missão, necessitando de homologação do Comandante do EIA;
- c) em que seja atribuído grau 2 a algum item em voo solo, necessitando de homologação do Comandante do EIA;
- d) em que seja extrapolado algum limite operacional da aeronave durante a execução de algum exercício avaliado, no Nível RM ou RC. Esse item e a missão deverão ser considerados grau 2; ou
- e) de deficiência do aluno, na missão, em relação à adaptação à atividade aérea, que impeça o prosseguimento do voo. Esse item e a missão deverão ser considerados grau 2, necessitando de homologação do Comandante do EIA.

3.3.3.1.2 Média Final do Estágio de Instrução Aérea.

A MFD para os Estágios de Instrução de Aérea será calculada pela média ponderada entre a média aritmética de todas as VA Escritas realizadas na modalidade somativa durante o Estágio e a média aritmética de todas as missões aéreas avaliadas, conforme a fórmula abaixo:

$$MFD = \frac{MPE \times 2 + MPP \times 8}{10}$$

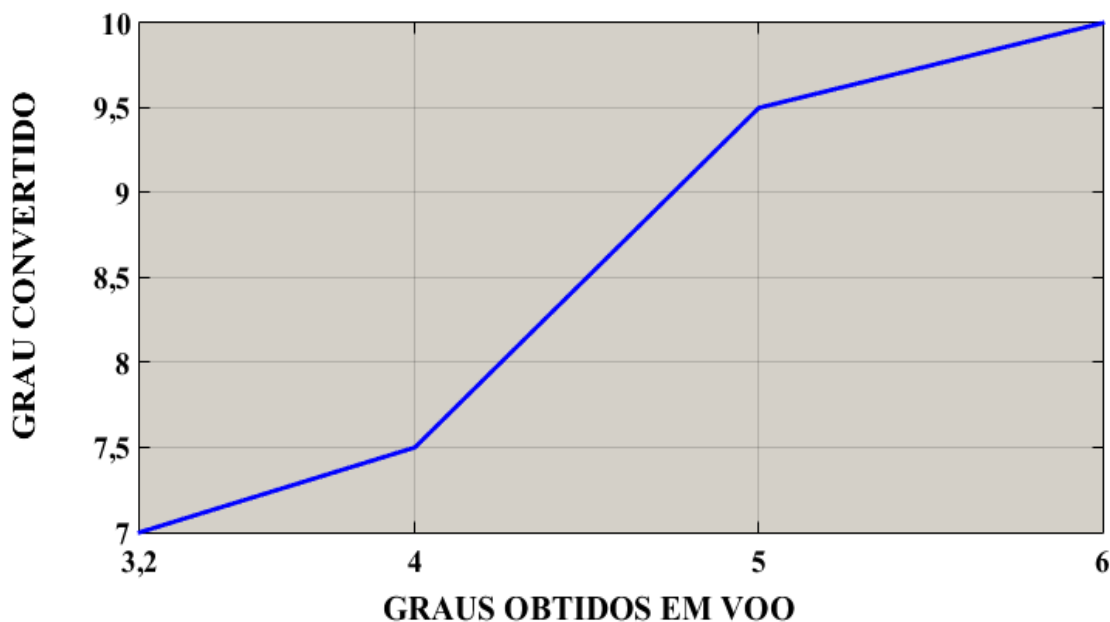
Onde:

MPE = Média Aritmética dos Graus da Parte Escrita (Graus de Apronto, de ITA, etc).

MPP = Média Aritmética dos Graus da Parte Prática (Voo)

Para cálculo da média aritmética das missões aéreas serão consideradas todas as missões avaliadas, incluindo as missões solo, nas quais grau 1 ou 2 tenha sido homologado e que sejam comuns a todos os cadetes.

CONVERSÃO DE GRAUS



Não entrarão no cômputo da média os graus de missão de repetição e nem os graus de missão de repetição de missão de cheque.

Se, por motivo de força maior, algum cadete for impedido de realizar totalmente o Estágio de Voo, sua média será a razão entre a soma dos graus das missões efetivamente realizadas.

A MPP será obtida após a conversão da média dos graus de voo em escala decimal, de acordo com a fórmula abaixo:

- a) 3,200 a 3,999 – média convertida = (média do estágio x 0,625) + 5,00
- b) 4,000 a 4,999 – média convertida = (média do estágio x 2,00) – 0,50
- c) 5,000 a 6,000 – média convertida = (média do estágio x 0,50) + 7,00

A Tabela realiza a seguinte conversão:

- a) 3,200 a 3,999 – 7,00 a 7,49
- b) 4,000 a 4,999 – 7,50 a 9,49
- c) 5,000 a 6,000 – 9,50 a 10,00

3.3.3.2 Aprovação

Será considerado aprovado o cadete que não incorrer em reprovação em qualquer fase ou no estágio, de acordo com o definido no item 3.2.2.1.

3.3.3.3 Controle de Frequência

O cômputo das faltas na Instrução Aérea deverá corresponder à carga horária prevista na Programação Semanal.

O cadete que faltar à atividade aérea perderá os TTE alocados pela programação de aulas do respectivo dia.

O cômputo e controle de frequência à Instrução Aérea será efetuado como descrito no item 3.1.3.3

3.3.3.4 Tempo hábil para conclusão do estágio de instrução aérea

O calendário do ano letivo da AFA contempla uma quantidade de dias de voo para cada Estágio de instrução aérea que comporte a realização do número de missões previstas, com uma folga para absorver as perdas devido aos dias de meteorologia adversa, missões de revisão e/ou as abortivas por variados motivos.

Quando o cadete ficar afastado da atividade aérea por um período que comprometa o tempo hábil para a conclusão do Estágio em curso, poderá ser excluído do curso e rematriculado no ano seguinte, conforme item 3.4 da ICA 37-33 – Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Academia da Força Aérea. Tal decisão caberá ao Comandante da AFA, que levará em consideração a possibilidade de conclusão do Estágio na data prevista de término, sem prejuízo às técnicas de instrução aplicadas ao cadete.

O cadete terá sua situação analisada pelo Comandante da AFA e estará passível de exclusão quando o número de missões de voo que ainda falta realizar, acrescido de 10%, for maior do que os dias de voo restantes previstos no calendário letivo do ano em curso. A equação apresentada abaixo contempla uma cadência de 1 (uma) missão por dia de voo, acrescida de uma taxa de atrito prevista, referente ao cancelamento de voos por motivos variados, tais como meteorologia adversa e/ou demais abortivas por motivos variados. Esse cálculo visa garantir um ritmo de instrução que proporcione condições adequadas de aprendizagem ao cadete.

$$N^{\circ} \text{ DE MISSÕES RESTANTES} + 10\% > N^{\circ} \text{ DE DIAS RESTANTES DE VOO}$$

3.3.4 REGISTRO E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

3.3.4.1 Registro de Graus

Os Graus atribuídos às missões aéreas de cada fase do voo serão registrados em fichas apropriadas a cada fase do voo e elaboradas pela Divisão de Operações Aéreas (DOA). Todas as fichas de voo deverão ser arquivadas na DOA, inclusive as dos cadetes desligados, independentemente do motivo do desligamento.

Ao final do ano letivo, caberá à DOA enviar à SAV a listagem com as médias finais de voo dos cadetes, já convertidas.

No caso dos cadetes do 4º Esquadrão, a listagem deverá dar entrada na SAV até o prazo de 30 (trinta) dias antes do término do CFOAV.

3.3.4.2 Comunicação dos Resultados

A ficha correspondente à missão realizada será preenchida pelo instrutor após o voo. Assim que tomar conhecimento dos registros, o cadete deverá assinar a ficha, a qual possui o caráter de informação pessoal.

Todo cadete reprovado no curso receberá uma notificação, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação, de acordo com os critérios anteriormente estabelecidos neste Plano.

3.3.5 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES

3.3.5.1 Falta de Preparo Teórico

Quando o cadete demonstrar, no briefing de missão aérea, conhecimento insuficiente para a realização do voo, a missão será abortada, e o instrutor preencherá a ficha referente a essa missão, registrando as deficiências constatadas e os graus nos itens avaliados. Não será atribuído grau à missão.

Os oficiais das esquadrilhas de voo aplicarão, periodicamente, avaliações com vistas à manutenção do preparo teórico. Para tanto, tais avaliações seguirão os seguintes critérios:

- a) Emergências críticas:
 - periodicidade: até o quinto dia útil do mês;
 - aproveitamento mínimo de 100%;
 - o cadete que não obtiver o rendimento desejado deverá refazer a avaliação;
- b) Sistemas das aeronaves de instrução, padronização da atividade aérea:
 - periodicidade: inopinada;
 - aproveitamento mínimo de 70%;

Estas avaliações possuem um caráter doutrinário, disciplinar, não reprobatório e não classificatório, portanto, a não obtenção do rendimento desejado pelo cadete não será condição impeditiva para a realização de voos de instrução.

Todos os fatos relativos à falta de preparo teórico deverão ser comunicados ao CCAER. Esses fatos deverão constar nos assentamentos do cadete.

3.3.5.2 Missão Extra

As missões extras terão todos os exercícios avaliados e comentados normalmente, mas terão o valor do grau da missão substituído pela palavra “extra”, exceto em caso de grau 1 (Perigoso) homologado pelo Comandante do Esquadrão de Instrução Aérea.

3.3.5.3 Crítica, Pedido de Revisão de Grau

Na instrução de voo não está prevista a crítica nos moldes aplicáveis às disciplinas do domínio cognitivo; não caberá ao cadete, em nenhum caso, pedido de revisão de grau aplicado pelo instrutor nos exercícios ou na missão.

3.3.5.4 Cadetes Estrangeiros

Aos cadetes estrangeiros serão exigidos os mesmos critérios estabelecidos aos cadetes brasileiros, excetuando-se pelos aspectos aqui discriminados.

Aos cadetes estrangeiros será permitida, caso necessário, a realização de Missões de Reforço em um número igual a 50% das Missões Duplo Comando de cada Fase, em cada Estágio (Primário e Básico) da instrução de voo.

Após a realização de todas as Missões de Reforço, caso ainda não logrem êxito, os cadetes estrangeiros passarão a realizar normalmente as Missões de Revisão, à medida que obtiverem graus Deficientes, obedecidos os critérios previstos no item 3.2.2.1 “Ponto de Corte”.

Caso o cadete estrangeiro obtenha grau 2 (dois) em uma quantidade de missões superior ao número de repetições previstas para cada Fase/Estágio, de acordo com o PIMO, ou grau 1 (um) em qualquer tipo de missão, será reprovado no curso e poderá apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação. Caso o parecer seja desfavorável, deverá ser encaminhado um documento ao EMAER, via DIRENS, solicitando a homologação da decisão para, então, a AFA adotar as providências cabíveis.

Ao cadete estrangeiro reprovado no curso que apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação será assegurado o direito de continuar na rotina, sem voar, seguindo suas atividades de ensino até a definição final de seu destino, conforme previsto na ICA 37-21 “Atividades de Ensino no COMAER para integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas”.

3.3.5.5 Estágio de Adaptação Fisiológica

No Estágio de Adaptação Fisiológica (EAF) o cadete impedido de realizá-lo por motivo de saúde ou que, tendo iniciado, for afastado pelo mesmo motivo, deverá cumpri-lo assim que cessar a incapacidade.

3.4 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – INSTRUÇÃO PRÁTICA DO CFOINF E DO CFOINT

3.4.1 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

3.4.1.1 Modalidade de Avaliação

A avaliação do domínio psicomotor será realizada nas modalidades Formativa e Somativa.

3.4.1.2 Instrumentos de Medida

A avaliação da instrução prática do CFOINF (Estágio Básico de Combatente de Montanha, Operações Aeromóveis, Operações de Selva, Táticas de Combate Terrestre 4, e Estágio de Instrutor de Tiro e Técnicas de Instrução Militar 1 e 2 é de responsabilidade da Seção de Instrução de Infantaria (SIIF).

O instrumento utilizado para registro do desempenho prático das referidas disciplinas é a ficha de avaliação prática elaborada pela SIIF, a qual abrange os aspectos práticos relacionados abaixo:

- a) Estágio Básico de Combatente de Montanha (EBCM) - avaliação das técnicas de execução da escalada e desescalada em rocha, emprego dos comandos diurnos e noturnos para escalada e desescalada, confecção de nós e amarrações;
- b) Estágio de Instrutor de Tiro (ESIT) - avaliação teórica e prática conforme padronização da ICA 37-302 “Currículo Mínimo do Curso de Instrutor de Tiro”;
- c) Operações Aeromóveis (OPAM) - avaliação da execução das técnicas de exfiltração e infiltração aeromóvel (Rapel, *Fast Rope*, *Mac Guire*, *Helocast*, embarque e desembarque, pouso de assalto), seleção e balizamento de uma zona de pouso de helicóptero e confecção da amarração na aeronave para rapel;
- d) Operações Aeroterrestres (OPAT) - avaliação dos aspectos básicos do planejamento e da execução de uma missão de infiltração aeroterrestre e

exfiltração aérea, da preparação de patrulha para combate e dos procedimentos de segurança, abertura e manuseio do conjunto de paraquedas T10-B;

e) Operações de Selva (OPSE) - avaliação do planejamento e da execução de patrulha em ambiente de selva;

f) Táticas de Combate Terrestre 4 (TCT4) - avaliação do emprego dos métodos de planejamento de patrulhas de combate e segurança até o escalão pelotão, maneabilidade individual e do pelotão em ações de combate terrestre, exercer funções de comando durante o emprego da patrulha e realizar o correto aprestamento de equipamentos e itens bélicos;

g) Técnicas de Instrução Militar 1 e 2 (TIM1 e TMI2) – avaliação do planejamento e da preparação de uma instrução militar, empregando diversas técnicas e recursos em apresentações para audiências diversas, respeitando aspectos da relação docente-discente como fator essencial ao sucesso do processo ensino-aprendizagem;

3.4.1.3 Tipos de VA

As VA do domínio psicomotor são práticas, podendo, conforme critério do Corpo de Instrutores, conter avaliações teóricas sob o conteúdo a ser avaliado na instrução prática.

3.4.2 LEVANTAMENTO DOS RESULTADOS

3.4.2.1 Pontos de Corte:

a) As disciplinas Técnicas de Instrução Militar 1, Estágio Básico de Combatente de Montanha, Operações Aeromóveis, Operações Aeroterrestres e Operações de Selva, do CFOINF, obedecerão a um ponto de corte de 50 % (cinquenta por cento) e as disciplinas Táticas de Combate Terrestre 4 e Estágio de Instrutor de Tiro, do CFOINF, obedecerão a um ponto de corte de 70% (setenta por cento) de cumprimento dos objetivos propostos, de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos pela SIIF, baseados em documentos próprios. O cadete que não atingir o referido índice será reprovado no curso;

b) Em relação à disciplina EBCM, o cadete que for reprovado na avaliação prática realizada pelo Exército Brasileiro e não for homologado "Escalador Militar", será reprovado no curso;

c) O Estágio de Instrutor de Tiro terá como ponto de corte de 70% (setenta por cento), tanto na VA teórica, quanto na VA prática que compõem a disciplina. O cadete que não atingir o ponto de corte na VA Teórica será submetido diretamente a VA de Segunda Época. A VA Prática do ESIT só será aplicada aos aprovados na VA Escrita e somente uma vez.

d) O cadete que não atingir o ponto de corte descrito nas alíneas anteriores estará reprovado no CFO, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação;

e) Os cadetes que não realizarem ou deixarem de completar a fase prática dos exercícios previstos em 3.4.1.2 Instrumentos de Medida serão reprovados no CFO, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação;

f) Não haverá Exame e nem Segunda Época nas disciplinas EBCM, OPAM, OPSE, OPAT e TCT4;

- g) O cadete será reprovado no curso quando deixar de realizar (duas) 2 disciplinas destas práticas do CFOINF: EBCM, OPAM, OPAT, OPSE, TCT4; e
- h) O cadete que não realizar ou não completar qualquer exercício prático previsto no PUD por motivo não justificado, bem como, aquele que, durante a sua consecução, atentar contra as normas de segurança previstas para a atividade, demonstrar insuficiência técnica ou conduta incompatível à condição de futuro Oficial da Aeronáutica, será afastado do exercício e reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

3.4.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3.4.3.1 Atribuição de Pesos e Cômputo dos Graus

As avaliações práticas e teóricas das disciplinas Estágio Básico de Combatente de Montanha (EBCM), Operações Aeromóveis (OPAM), Operações de Selva (OPSE), Operações Aeroterrestres (OPAT) e Táticas de Combate Terrestre 4 (TCT4), do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria, serão Somativas e a MFD será obtida a partir da seguinte equação:

$$MFD = \frac{PE \times 2 + PP \times 8}{10}$$

Onde:

PE = Grau da VA Teórica da disciplina

PP = Grau da VA Prática

Os cadetes que não completarem a prática por motivos de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados, serão submetidos à decisão do Comandante da AFA, quanto à sua aprovação ou reprovação.

A avaliação da disciplina Técnicas de Instrução Militar 1 será somativa e composta pelo grau obtido na Ficha de Avaliação da Exposição Oral e pelo grau atribuído a Ficha de Avaliação de Elaboração de PTE, que cada cadete deverá fazer sobre um tema proposto. A 1ª ficha terá peso 2 e a segunda ficha peso 1.

O Estágio de Instrutor de Tiro será avaliado de acordo com o estabelecido no Currículo Mínimo do Curso de Instrutor de Tiro, ICA 37/302.

A avaliação das disciplinas Estágio Prático de Infantaria 2, Estágio Prático de Infantaria 3 e Técnicas de Instrução Militar 2, do CFOINF, serão formativas, não havendo portanto registro de Graus para as mesmas.

As disciplinas Operações Aeroterrestres e Técnicas de Instrução Militar 2 serão avaliadas na modalidade Formativa, não havendo, portanto, cômputo de Graus para as mesmas.

O levantamento de graus das VA práticas das disciplinas Estágio Básico de Combatente de Montanha, Operações Aeromóveis, Operações Aeroterrestres, Táticas de Combate Terrestre 4, Estágio de Instrutor de Tiro e Operações de Selva, do CFOINF, serão de acordo com fichas específicas elaboradas pela SIIF da DE.

3.4.3.2 Aprovação

Será considerado aprovado o cadete que concluir as disciplinas referenciadas no item 3.4, sem incorrer nos casos previstos em 3.4.2.1.

3.4.4 REGISTRO E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

3.4.4.1 Registro de Graus

Os graus atribuídos às disciplinas mencionadas no item 3.4.1.2 (Instrumentos de Medida) serão registrados em fichas elaboradas pela SIIF da DE.

Ao final de cada uma das disciplinas, caberá à SIIF enviar à SAV a listagem com os graus obtidos pelos cadetes; assim, a SAV receberá e arquivará as listagens.

3.4.4.2 Comunicação dos Resultados

A comunicação dos resultados será conforme o item 3.2.4.2

3.4.4.2.1 Promoção em Condicionalidade

Caso o cadete reprovado tenha seu Requerimento de Reconsideração deferido, resultando na promoção em condicionalidade, o militar terá a oportunidade, por uma única vez, de realizar a disciplina no ano subsequente, devendo atingir todos os parâmetros estabelecidos anteriormente.

O grau obtido no ano subsequente será computado apenas com a finalidade de aprovação na disciplina referente a sua promoção em condicionalidade e não será considerado para fins de classificação.

3.4.4.3 Cadetes Estrangeiros

Conforme mencionado nos itens 3.2.5.4 e 3.3.5.4, aos cadetes estrangeiros serão exigidos os mesmos critérios estabelecidos aos cadetes brasileiros, excetuando-se pelos aspectos aqui discriminados.

No caso de desempenho insuficiente, o cadete estrangeiro será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação. Caso o parecer seja desfavorável, deverá ser encaminhado um documento ao EMAER, via DIRENS, solicitando a homologação da decisão para, então, a AFA adotar as providências cabíveis.

Ao cadete estrangeiro reprovado no curso que apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação, será assegurado o direito de continuar na rotina, seguindo suas atividades de ensino até a definição final de seu destino, conforme previsto na ICA 37-21 “Atividades de Ensino no COMAER para integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas”.

3.5 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO

A Avaliação do Domínio Afetivo (ADA) refere-se a informações sobre as mudanças de comportamento ocorridas no cadete durante o processo ensino-aprendizagem no que concerne a: interesses, atitudes, valores e apreciações. Essa avaliação é realizada com a finalidade Somativa e abrange, de maneira geral, a avaliação militar.

3.5.1 PROCEDIMENTOS

A ADA compreenderá 2 (dois) processos distintos que gerarão, ao final, um grau único denominado Conceito Final.

A atribuição do Conceito Final terá por base 2 (duas) avaliações:

- a) avaliação da conduta militar, efetuada pelo Corpo de Cadetes; e
- b) avaliação da conduta em sala de aula, efetuada pelo Corpo Docente e pelo Corpo de Instrutores da AFA.

3.5.2 INSTRUMENTOS

A avaliação da conduta em sala de aula será feita por meio do preenchimento de Ficha de “Avaliação da Conduta em Sala de Aula”, constante deste PAVL, devendo ser entregue pelos avaliadores na SAV até 15 (quinze) dias após o término da disciplina.

A avaliação da conduta militar será feita por meio do preenchimento de ficha própria elaborada pela Seção de Doutrina (SDO) do CCAER.

3.5.3 AVALIADORES

Sendo a avaliação de conduta do cadete uma atividade educativa pertinente à formação ética, cívica e global do cadete, todo corpo docente da AFA, incluído os docentes e oficiais instrutores civis e militares, estará envolvido nessa avaliação.

3.5.4 PROCESSAMENTO

3.5.4.1 Avaliação da Conduta em Sala de Aula

O processo de avaliação da conduta em sala de aula é coordenado pela Divisão de Ensino, que se encarregará de:

- a) orientar os avaliadores para o exercício de suas respectivas atribuições;
- b) programar para que cada cadete seja avaliado por, no mínimo, 3 (três) avaliadores ao longo do ano letivo; e
- c) disponibilizar aos docentes e à administração, as informações para eventuais trabalhos de orientação junto ao cadete.

A Avaliação da conduta em sala de aula terá como resultado o grau de Conceito em Sala de Aula (CSA).

3.5.4.2 Avaliação da Conduta Militar

A avaliação da conduta militar do cadete é de responsabilidade do CCAER e fundamentada na observação de seus pares e superiores hierárquicos, relativa aos seguintes aspectos:

- a) conduta disciplinar do cadete, observada no cumprimento de sua rotina acadêmica;
- b) conceito horizontal atribuído pela turma a qual pertence; e
- c) conceito vertical atribuído pelo Comandante do Esquadrão ao qual pertence.

A Avaliação da Conduta Militar terá como resultado o grau de Conceito Militar.

Concluída a avaliação, o CCAER encaminhará à SAV, a listagem com o grau atribuído a cada cadete, até o dia 15 (quinze) de novembro.

No caso do cadete do 4º Esquadrão, a listagem deverá dar entrada na SAV até 30 (trinta) dias antes da conclusão do CFO.

3.5.4.3 Processamento do Conceito Final

O grau do Conceito Final (CF) é processado pela SAV e corresponde à média ponderada entre o grau do Conceito de Sala de Aula (CSA), de peso 2 (dois), e o grau do Conceito Militar (CM), de peso 8(oito):

$$CF = \frac{(CSA \times 2) + (CM \times 8)}{10}$$

3.5.4.4 Registro dos Graus

As fichas preenchidas pelo CCAER e pela DE para avaliação do domínio afetivo do corpo discente são classificadas como informação pessoal.

3.5.4.5 Comunicação dos Resultados

O cadete que receber CF abaixo de 6,00 (seis vírgula zero zero) será orientado, pessoalmente, pelo Comandante do Esquadrão.

O cadete que receber CSA abaixo de 6,00 (seis vírgula zero zero) deverá ser orientado pela Spsic da DE.

Tendo em vista a classificação deste tipo de documento (informação pessoal), suas fichas não são ostensivas e a devolutiva do desempenho do cadete será informada diretamente ao interessado, somente.

Todo cadete reprovado no curso receberá uma notificação, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação. O cadete deverá informar suas intenções de solicitar a reconsideração de reprovação em até 2 (dois) dias úteis ao Comando de seu Esquadrão.

3.5.4.6 Ponto de Corte

Cadete que obtiver Conceito Militar (CM) deficiente - Grau inferior a 39 (trinta e nove), conforme FICHA DE CONDUTA MILITAR constante deste PAVL, será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

O Cadete que obtiver Conceito Militar (CM) deficiente - Grau inferior a 39 (trinta e nove), conforme FICHA DE CONDUTA MILITAR constante deste PAVL, será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

O Cadete que obtiver Conceito Militar (CM) abaixo do normal, CM maior ou igual a 39 (trinta e nove) e menor ou igual a 59 (cinquenta e nove), por 2 (dois) anos (consecutivos ou não) durante o Curso de Formação, ou ao término do 4º ano, será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

O Cadete que receber Conceito Final (CF) deficiente – Grau inferior a 3,90 (três vírgula nove zero) será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

O Cadete que obtiver Conceito Final (CF) abaixo do normal, CF maior ou igual a 3,90 (três vírgula nove zero) e menor ou igual a 5,90 (cinco vírgula nove zero), por 2 (dois) anos (consecutivos ou não) durante o Curso de Formação, ou ao término do 4º ano, será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação

3.5.4.7 Pedidos de Revisão

Na ADA, dada a natureza da avaliação, assim como os princípios básicos do militarismo (hierarquia e disciplina) não haverá pedido de revisão de gabarito ou de correção, apenas do grau do Conceito Final, após a divulgação feita pela SAV.

3.6 MÉDIA FINAL

3.6.1 FORMA DE OBTENÇÃO

Os cadetes serão classificados anualmente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MFA = \frac{(MFCG \times 3) + (MFCTE \times 3) + (MFCMI \times 2) + (CF \times 2)}{10}$$

Onde:

MFA = Média Final do Ano

MFCG = Média Final do Campo Geral

MFCTE = Média Final do Campo Técnico-especializado

MFCMI = Média Final das disciplinas do Campo Militar

CF = Conceito Final

A Média Final de cada Campo na fórmula supracitada será calculada a partir da média aritmética das MFD obtidas nas disciplinas integrantes do Campo do respectivo ano, conforme currículo mínimo do CFO.

Obs.: Para efeito de classificação, não serão considerados os Graus dos Exames Finais e Exames de Segunda Época.

3.6.2 MÉDIA FINAL DE CURSO (MFC)

Ao término de cada ano letivo, os cadetes serão classificados com base na Média Final de Curso (MFC), assim especificada:

- a) ao término do 1º ano, a MFC será a própria MFA;
- b) ao término dos demais anos, a MFC será obtida calculando-se a média aritmética entre as MFA de cada ano cursado.
- c) para o cálculo final da MFC, serão utilizadas 3 (três) casas decimais.
- d) sempre que necessário, as notas finais da MFC serão arredondadas conforme critérios apresentados no item 3.1.2.2 “Escala, Aproximação e Arredondamento.”

e) o desempate na classificação será feito pela maior MFA e, persistindo o empate, pelo grau do Conceito Final, ambos referentes ao último ano cursado. Caso ainda persista o empate, a classificação será definida hierarquicamente.

f) no início do 1º ano, o posicionamento hierárquico será dado pela numeração de matrícula. E nos demais anos, a posição hierárquica será dada pela classificação.

3.7 QUADRO GLOBAL DE AVALIAÇÃO

3.7.1 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO COGNITIVO

Os níveis de aprendizagem a serem atingidos em cada avaliação serão os previstos no Plano de Unidades Didáticas da disciplina em questão.

3.7.2 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR

A avaliação da Instrução Aérea é detalhada no Programa de Instrução e Manutenção Operacional, documento de caráter ostensivo.

Para as Instruções Práticas do CFOINF, do CFOINT e para a Instrução Militar Prática dos três CFO segue-se o constante no Volume III deste Plano e nas Ordens de Instrução de cada Exercício.

3.7.3 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO

Segue-se o constante no Volume III deste Plano.

4 AVALIAÇÃO DA INSTRUÇÃO

4.1 PROCEDIMENTOS

A avaliação da instrução será feita durante todo o ano letivo, de forma direta e indireta, sempre visando ao aperfeiçoamento constante do processo ensino-aprendizagem.

A forma indireta corresponderá à compilação dos instrumentos identificados no item 4.2, a cargo da Subseção de Análise de Desempenho de Ensino (SSADE) da Seção de Planejamento de Ensino (SPE) da Subdivisão de Planejamento e Coordenação Pedagógica (SDPC).

A forma direta corresponderá à observação de aula ministrada, entrevistas, assessoramento, ou qualquer meio pelo qual venha a ser registrado o fato, o estudo, os dados, ou a crítica que possa contribuir com o aperfeiçoamento do processo.

Todos os setores da AFA devem estar envolvidos no aperfeiçoamento do ensino na Academia e, por isso, comprometidos com a forma indireta da avaliação da instrução.

4.2 INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados para a avaliação indireta da instrução serão:

- a) Ficha de Crítica da Instrução e Avaliação do Docente (Volume III); e
- b) Relatório Final de Disciplina (Volume III)..

4.3 AVALIADORES

A Ficha de crítica será preenchida pelo corpo discente.

O relatório final da disciplina será preenchido pelo corpo docente.

4.4 PROCESSAMENTO

4.4.1 FICHA DE CRÍTICA DA INSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DO DOCENTE

A referida ficha será distribuída pela SPE a 30% (trinta por cento) do efetivo das turmas. As fichas de crítica de instrução serão compiladas pela SSADE. Após a compilação e análise, caberá à SPE providenciar o encaminhamento das informações levantadas, via Chefe da SDPC.

4.4.2 RELATÓRIO FINAL DA DISCIPLINA

O relatório final da disciplina será preenchido pelo docente, após ministrar a última aula da disciplina, e entregue à SDPC, que inicialmente encaminhará à SPE para análise e posteriormente aos Coordenadores das Áreas Científica, Técnico-Especializada e Militar correspondente para análise e possíveis alterações na disciplina (Volume III).

5 AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A avaliação do corpo docente tem como objetivo fornecer informações acerca da qualidade dos esforços do docente no direcionamento da aprendizagem dos cadetes. A finalidade da avaliação do docente é formativa, ou seja, visa ao aperfeiçoamento de seu desempenho.

5.1 PROCEDIMENTOS

A avaliação do Corpo Docente é de responsabilidade da SDPC.

Os professores e instrutores serão avaliados durante todo o período letivo, a partir de indicadores diretos, por intermédio de observações efetuadas em sala de aula, laboratório ou atividade de campo (Volume III).

5.2 INSTRUMENTOS

Ficha de Crítica da Instrução e Avaliação do Docente (Volume III).

5.3 AVALIADORES

O corpo discente.

5.4 PROCESSAMENTO

As Fichas de Crítica serão distribuídas pela SPE a 30% (trinta por cento) do efetivo das turmas no transcorrer das atividades didáticas de cada disciplina. A SPE fará o recolhimento das fichas e a compilação dos dados. Ao final do processo, o relatório sintético será encaminhado, via chefia da SDPC ao Chefe da Divisão de Ensino, para conhecimento e providências cabíveis.

6 AVALIAÇÃO DOS MEIOS DE AVALIAÇÃO

6.1 PROCEDIMENTOS

A avaliação estatística dos meios de avaliação será feita com base em levantamento de dados considerando:

- a) índices de facilidade dos itens da VA, previstos e constatados;
- b) índices de diferenciação dos itens da VA, identificados nos resultados;
- c) eficiência global das VA na visão do docente.

A avaliação de conteúdo dos meios de avaliação será feita pela verificação da validade entre as questões formuladas e os objetivos estabelecidos nos Planos de Unidades Didáticas.

6.2 INSTRUMENTOS

Os instrumentos de avaliação dos meios de avaliação serão:

- a) o dossiê de avaliação de cada VA aplicada; e
- b) a pesquisa de resultado de prova (PRP).

6.3 AVALIADORES

A pesquisa de resultado de VA, a cargo da SADE, será composta pelos pareceres do corpo discente, do docente da disciplina, do coordenador da área de ensino a que pertence a disciplina e do Comandante do Esquadrão do CCAER, sobre os possíveis motivos dos resultados alcançados.

6.4 PROCESSAMENTO

6.4.1 PESQUISA DE RESULTADO DE PROVA (PRP)

A pesquisa de resultado de prova ocorrerá sempre que, após a correção de uma Verificação de Aprendizagem, for constatada uma das seguintes situações:

- a) 50% (cinquenta por cento) dos cadetes não atingiram o ponto de corte.
- b) não aprovação de 30% (trinta por cento) dos cadetes submetidos a Exame, desde que o resultado da análise tenha o mínimo de 10 (dez) cadetes;
- c) mais de 10% (dez por cento) da turma reprovado na disciplina; e
- d) quando for identificado algum indício de irregularidade, a critério da SSADE.

Para realização da PRP, a SSADE poderá fazer uso das Fichas de Consulta de Opinião ao Docente, Coordenador de Área, Comandante de Esquadrão do CCAER e Discente, como forma de coleta de informações.

A SSADE será responsável pela PRP, e seus resultados deverão ser encaminhados ao Chefe da SDPC, via Chefe da SPE.

6.4.2 DOSSIÊ DE AVALIAÇÃO

A toda verificação de aprendizagem corresponderá um dossiê de avaliação que será composto por:

- a) trâmite;
- b) relatório estatístico;
- c) delineamento da VA (barema);
- d) um exemplar da VA (em branco);
- e) um exemplar da VA (gabarito);
- f) pedidos de revisão;
- g) pesquisa de resultado de VA (quando for o caso);
- h) listagem de graus parciais;
- i) listagem de graus finais; e
- j) Ata de tempo/presença.

Após aplicação da VA, emissão da listagem de graus e trâmite dos pedidos de revisão nos prazos previstos, o dossiê é arquivado na SAV, junto com os dados estatísticos levantados a partir dos resultados alcançados pelos cadetes.

O dossiê de avaliação é de caráter reservado. Após o final do processo, estará disponível para todo o corpo docente, para pesquisa e análise, nas dependências da SAV.

7 AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO

7.1 PROCEDIMENTOS

Os currículos mínimos do CFOAV, CFOINT, CFOINF são aprovados pela DIRENS.

Cabe à AFA, por meio da SPE da SDPC, atualizar anualmente os Planos de Unidades Didáticas, que detalham os Currículos Mínimos dos Cursos ministrados na Academia.

7.2 INSTRUMENTOS

Indiretamente, são utilizados os seguintes instrumentos na Avaliação Curricular:

- a) Ficha de Crítica da Instrução e Avaliação do Docente (Volume III);
- b) Relatório Final de Disciplina (Volume III);
- c) Dossiê de Avaliação; e
- d) Proposta de Atualização de PUD.

7.3 AVALIADORES

Os trabalhos que redundarão em uma proposta de atualização curricular serão coordenados pela SPE.

Indiretamente, participarão também do processo o corpo docente, o corpo discente e os administradores do ensino da AFA.

7.4 PROCESSAMENTO

Ao final do ano letivo, os cadetes deverão preencher a ficha de Avaliação do Currículo, que será distribuída pela SPE e restituída à SSADE. Após a compilação, pela SSADE, das fichas de crítica da instrução e do docente, dos relatórios da disciplina e análise do dossiê da disciplina, os assuntos referentes à atualização curricular são encaminhados à SPE.

Caso haja uma proposta de atualização de PUD que necessite de mudança no Currículo Mínimo do curso em vigor, será elaborada uma proposta de atualização curricular, que será submetida à apreciação da DIRENS.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 INSTRUÇÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Todo o corpo docente e discente assistirá, no início do ano letivo, aulas expositivas sobre o Plano de Avaliação.

Cópias do Plano de Avaliação da AFA (Volume I, Volume II, Volume III) e demais documentos referentes à Avaliação do Desempenho dos cadetes deverão estar sempre à disposição, para consulta, na Biblioteca e na página da AFA.

8.2 CADETES REMATRICULADOS

O cadete rematriculado deverá obedecer às regras estabelecidas neste Plano de Avaliação.

O cadete deverá, ainda, atender a todos os requisitos do Currículo Mínimo do ano do curso para o qual foi rematriculado. Para tanto, será submetido ao PAVL e ao Currículo Mínimo do curso atual, devendo ser feitas as adequações necessárias quanto à verificação da equivalência e cumprimento das disciplinas não comuns.

Quanto à classificação será utilizada a nova média obtida de cada ano da AFA após a adequação do currículo. Para fins de cálculo dessa média serão consideradas todas as disciplinas correspondentes aos anos anteriores do atual curso para o qual foi rematriculado.

O cadete rematriculado terá aproveitamento dos graus obtidos em disciplinas já cursadas, não sendo necessária a realização das verificações de aprendizagem novamente, exceto as referentes ao Estágio de Instrução Aérea e aos TACF. Para as demais disciplinas, caberá ao respectivo Coordenador assessorar o Chefe da DE quanto a necessidade do cadete participar novamente das aulas nas quais já obteve a equivalência.

8.3 ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

Ao término do ano letivo, a Divisão de Ensino da AFA encaminhará ao CCAER a relação com as médias finais e a classificação dos cadetes aprovados de cada Esquadrão.

Devido à passagem de liderança, a classificação dos cadetes do 3º Esquadrão deverá ser concluída até 12 dias antes da data da conclusão dos CFO do 4º Esquadrão.

A classificação do 4º Esquadrão deverá ser concluída 5 dias antes da data do processo de escolha das Unidades, devendo ser enviada ao CCAER e à DOA para o processo de escolha das Unidades. Após o processo de escolha, a relação dos concluintes em ordem de classificação contendo as Unidades escolhidas será remetida à DIRENS e à DIRAP, bem como os nomes dos primeiros colocados de cada curso, conforme PCA 11-34.

A DE deverá encaminhar ao CCAER os nomes dos cadetes do 4º Esquadrão que satisfazem as condições de indicação à Medalha-Prêmio Santos-Dumont e Medalha-Prêmio Salgado Filho, junto com o fechamento da classificação.

8.3.1 PROMOÇÃO DE CADETES

Ao término do ano letivo, a Divisão de Ensino da AFA encaminhará ao CCAER a relação com as médias finais e a classificação dos cadetes aprovados para promoção ao ano seguinte.

A DE providenciará a publicação da promoção em aditamento ao Boletim Interno, baseada na relação das médias finais e na classificação dos cadetes aprovados.

Será considerado, para a promoção, o dia 1º de janeiro do ano seguinte ao término do ano letivo.

8.3.2 DIPLOMAÇÃO E TITULAÇÃO

No que se refere à Diplomação e Titulação será obedecido ao previsto na ICA 37-33 “Normas Reguladoras para os Cursos da Academia da Força Aérea”.

Caberá à Secretaria da DE a expedição de Diplomas, Certificados, Históricos Escolares, Declarações e demais documentos comprobatórios de Conclusão dos Cursos, assim como todo o respectivo registro em livro próprio dos referidos documentos e arquivamento permanente de dados referentes aos Cursos ministrados na AFA e de seus Ex- cadetes.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Esta publicação é composta de três volumes, sendo que, no Volume II, estão definidas as avaliações previstas para cada curso/estágio, e no Volume III, as Fichas de Avaliação de Desempenho Prático.

9.2 Os casos não previstos neste Manual serão resolvidos pelo Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Normas de Sistema da Aeronáutica (NSCA) 5-1, 23 NOV 2011. **Normas de Sistema que disciplina o processo de confecção, controle e numeração de publicações oficiais do Comando da Aeronáutica.** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 144, de 04 AGO2014.

BRASIL. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica, (MCA) 36-7, de 01 NOV2012. **Manual sobre o Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA).** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 212, 07 NOV 2012.

BRASIL. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-4, de 18 MAR 2010. **Instrução referente a Elaboração e Revisão de Currículos Mínimos.** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 119, de 22 JUN2012.

BRASIL. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-520, de 20 JUN 2012. **Instrução }do Comando da Aeronáutica. (ICA) 37-468, de 10 FEV 2012. Procedimentos para Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Histórico s Escolares.** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 34, de 16 FEV 2012.

BRASIL. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica. (ICA) 37-11, de 30 AGO 2011. **Instrução referente a Avaliação do Ensino.** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 168, de 01 SET 2011.

BRASIL. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 54-1, de 19 JAN 2011. **Instrução referente ao Teste de Avaliação do Condicionamento Físico no Comando da Aeronáutica.** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 21, de 31 JAN 2011.

BRASIL. Diretoria de Saúde da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 160-6, de 27 JAN 2016. **Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde da Aeronáutica .** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 199, de 22 NOV 2016.

BRASIL. Diretoria de Saúde da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica. ICA 160-2, de 30 ABR 2007. **Instrução referente a Operação de Câmara Hipobárica .** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 97, de 22 MAI 2007.

BRASIL. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 160-1, de 15 SET 2014. **Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde – IRI S.** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 175, de 16 SET 2014.

BRASIL. Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011. **Dispõe sobre o Ensino da Aeronáutica e revoga o Decreto-Lei nº 8.437**, de 24 de dezembro de 1945 e as Leis nº 1.601, de 12 de maio de 1952 e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 05 AGO 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional .** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 23 dez 1996.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. **Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil11. dez 1988.